Artigo 488 — Material fixo, não especificado, para caminhos de ferro.

Artigo ex-513 — «... e o papel em tiras ou em fitas, perfurado ou não, com aplicação exclusiva a aparelhos telegráficos».

Tabaco em folha e em rôlo, importado nas ilhas adjacentes.

Artigo 1.º do decreto n.º 7:821, de 22 de Novembro de 1921: locomotivas, carruagens e vagões de caminhos de ferro e seus pertences.

O Presidente do Ministério e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 4 de Fevereiro de 1922. — *ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — Francisco Pinto da Cunha Leal — António Abranches Ferrão — Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães — Fernando Augusto Freiria — João Manuel de Carvalho — Júlio Dantas — Nuno Simões — Francisco da Cunha Rêgo Chaves — Alberto da Cunha Rocha Saraiva — Augusto Joaquim Alves dos Santos — Mariano Martins.*

2.ª Repartição

Portaria n.º 3:079

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, ouvida a Direcção Geral das Alfândegas, que seja criado um posto fiscal de coluna volante na povoação de Rebordelo, que se denominará Posto Fiscal de Rebordelo e ficará fazendo parte da sec-

ção de Vinhais, da 5.ª companhia do batalhão n.º 3 da guarda fiscal.

Paços do Governo da República, 4 de Fevereiro de 1922. — O Ministro das Finanças, *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Portaria n.º 3:080

Tendo sido representado ao Governo os inconvenientes que resultam para o comércio de exportação da interpretação que se tem dado ao estabelecido no decreto n.º 7:650, de 3 de Agosto de 1921, pela qual se exige sobretaxa de exportação ao figo, à alfarroba e à amêndoa: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, que se comunique à Direcção Geral das Alfândegas, em aditamento e correcção ao que lhe foi comunicado em officio n.º 21:054, de 13 de Outubro de 1921, de harmonia com o despacho ministerial de 12 do mesmo mês, que o figo, a alfarroba e a amêndoa se devem considerar incluídos na rubrica «frutos verdes e secos» do decreto n.º 7:650, de 3 de Agosto de 1921, e como tais isentados de sobretaxa de exportação.

Paços do Governo da República, 4 de Fevereiro de 1922. — O Ministro do Comércio e Comunicações, *Nuno Simões.*